

O QUE QUER UM CURRÍCULO QUE SE PRETENDE BASE?

Um currículo não é algo inocente, ele quer coisas por que não é uma instituição neutra, elaborada ao acaso, sem intenções. Ele quer, ele produz, ele é! E o que produz? Produz pessoas. Produz gente!

“O currículo está implicado em relações de poder, o currículo transmite visões sociais particulares e interessadas, o currículo produz identidades individuais e sociais particulares. O currículo não é um elemento transcendente e atemporal – ele tem uma história, vinculada a formas específicas e contingentes de organização da sociedade e da educação” (MOREIRA e SILVA, 2009, p. 8).

Temos acompanhado nos últimos tempos uma série de retrocessos históricos, que na contramão do voto popular e, portanto, da democracia, são materializados por um governo que se sustenta na garantia de interesses particulares que ferem direitos sociais duramente conquistados.

O desmonte de programas sociais, o congelamento de investimentos públicos em saúde e educação (por 20 anos!!!!), a reforma trabalhista e a reforma do Ensino Médio são alguns (dentre tantos !) elementos que nos empurram para baixo, em linha reta e sem freios. Vivemos tempos difíceis. Tempos sombrios.

Dentre os retrocessos que tem marcado nossa vida nos últimos meses, vemos com muita preocupação aqueles que têm como alvo a educação pública.

Em fevereiro de 2017 o governo aprovou a Reforma do Ensino Médio. Com intensa oposição de estudantes e de profissionais da área da educação o projeto caracteriza-se por estabelecer percursos formativos, retirar a obrigatoriedade do ensino de Física, Química, Biologia, Filosofia, Sociologia, Geografia, Artes, entre outras disciplinas do currículo, e por apagar de seu texto as referências às discussões sobre gênero e orientação sexual.

Na forma de um imenso receituário descritivo a Base Nacional Curricular Comum (BNCC) nos é imposta. Com ares que remetem à ampla consulta e discussão – características de um processo democrático – o que se viu foi um processo conduzido de forma aligeirada e atropelada que inviabilizou a participação efetiva da sociedade.

Nesse contexto, ela nos é apresentada como “referência comum para todos os sistemas de ensino contribuindo para a promoção da equidade educacional”.

A primeira pergunta que nos fazemos é: como um processo que reduziu ou eliminou canais de diálogo e comunicação, que deixou de fora da discussão os professores da educação básica e que não dialoga com a realidade das escolas brasileiras tem a pretensão de atingir tão audacioso objetivo?

A que “tipo” de equidade se refere o documento já que ao suprimir do currículo discussões importantes e necessárias, ele empobrece o diálogo e a possibilidade de uma educação voltada para o respeito aos direitos humanos e para a construção de uma sociedade mais justa e menos desigual?

No caminho dessa “equidade” vemos serem desconsiderados aspectos relativos à **multiplicidade** (que hoje é pontuada e designada nas discussões sobre relações étnicas, raciais, de gênero e orientação sexual) e que agora são diluídas e fragmentadas em frases genéricas e universais relacionadas ao “respeito às diversidades e à pluralidade de ideias e posições”.

Outro ponto preocupante é que dificilmente nossas escolas públicas terão condições de oferecer os cinco itinerários formativos, quer seja pela carência de professores (principalmente de Química, Física e Biologia), quer seja pela falta de infraestrutura para essas áreas. Nesses casos, onde vai parar a tão propagandeada (em horário nobre) autonomia de escolha de nossos estudantes?

O investimento na obrigatoriedade em apenas duas disciplinas (Matemática e Português) não empobrece ainda mais o currículo da Educação Básica? Seria coincidência que estas sejam as áreas mais pontuadas nos escores internacionais de avaliação? Já não é novidade o quanto as avaliações em grande escala submetem e pressionam nossos professores a um trabalho pedagógico conteudista, alheio ao tempo presente e aos diferentes modos de vida de nossos alunos e essencialmente voltado para o ranqueamento.

Diante desse cenário não é possível manter uma posição neutra ou silenciosa. É preciso tornar pública nossa insatisfação e profunda indignação ante o processo danoso que se instala em nossa educação.

A Associação Brasileira de Ensino de Biologia (SBEnBIO) e a Associação Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências (ABRAPEC), em consonância com outras

instituições acadêmicas e científicas, não compactuam com essa política que retira direitos e retrocede em muitas conquistas sociais!

Nessa perspectiva, SBEnBIO e ABRAPEC manifestam-se favoráveis à revogação da Lei nº 13405 (reforma do ensino médio) e a retirada da proposta da BNCC do Conselho Nacional de Educação.

Seguimos acreditando que cidadãos críticos são produzidos quando o direito à educação de qualidade é acessível a todos sem qualquer exceção.

Associação Brasileira de Ensino de Biologia e Associação Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências.